



DETERMINANTES DA OCUPAÇÃO E DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DE RAÇA/COR E GÊNERO (2020-2025)

Área Temática: Área 5 - Trabalho, Sociedade, Demografia e Políticas Públicas.

Resumo: Este trabalho analisa os fatores associados à probabilidade de ocupação e de informalidade no mercado de trabalho cearense entre 2020 e 2025, com foco nas desigualdades de raça/cor e gênero. Com os microdados da PNAD Contínua (IBGE) para o Ceará, foram estimados dois modelos logit com desenho amostral complexo: o primeiro para a probabilidade de estar ocupado e o segundo, restrito aos ocupados, para a probabilidade de informalidade. Ambos controlam por escolaridade, idade, situação rural/urbana, trimestre e ano, e têm como variável de interesse o grupo de raça/cor e gênero, com o homem branco/amarelo como categoria de referência. Os resultados mostram que, apesar da recuperação do mercado de trabalho - a taxa de ocupação subiu em todos os grupos entre 2020 e 2025 -, as desigualdades estruturais persistem: mulheres, independentemente da raça/cor, apresentam probabilidade de ocupação entre 19 e 20 pontos percentuais menor que a de homens brancos/amarelos, e mulheres pretas/pardas acumulam a maior probabilidade de informalidade entre os quatro grupos (+8,2 p.p.). Entre os homens, a raça deixa de diferenciar estatisticamente a informalidade após os controles, mas persiste um diferencial positivo condicional dos pretos/pardos na ocupação, resultado que diverge do padrão nacional e é discutido como agenda de pesquisa. Escolaridade e localização rural são os controles mais fortes dos dois modelos. Conclui-se que a recuperação do mercado de trabalho cearense não reduziu o hiato de gênero, reforçando a necessidade de políticas de formalização e de combate à desigualdade direcionadas a mulheres, sobretudo pretas e pardas.

Palavras - Chave: Mercado de trabalho; Desigualdade de gênero; Desigualdade racial; Informalidade; PNAD Contínua.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, impôs ao mercado de trabalho brasileiro um choque de magnitude e velocidade sem precedentes recentes, cujos efeitos, contudo, não se distribuíram de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais (Costa; Barbosa; Hecksher, 2021). Antes mesmo da crise sanitária, o mercado de trabalho brasileiro já apresentava desigualdades estruturais de raça/cor e gênero, expressas em diferenciais persistentes de ocupação, rendimento e formalização entre homens e mulheres, e entre pessoas brancas e negras (Abramo, 2006; Soares, 2000). No Ceará, esse quadro se fez sentir com particular intensidade no qual o estado já acumulava saldo negativo de vagas formais no primeiro semestre de 2019 (IPECE, 2019), e as medidas de enfrentamento à pandemia resultaram, em 2020, na destruição de mais de 37 mil vínculos formais no estado, reduzindo o estoque de empregos com carteira assinada (IPECE, 2021).

Passados cinco anos, os indicadores agregados do mercado de trabalho cearense sinalizam recuperação e a taxa de desocupação alcançou 6,4% no terceiro trimestre de 2025, o menor patamar da série histórica estadual, com saldo de 49.184 postos formais líquidos gerados no ano (IPECE, 2025; Brasil, 2026). Uma melhora nos indicadores agregados, todavia, não implica necessariamente redução das desigualdades estruturais de raça/cor e gênero (Costa; Barbosa; Hecksher, 2021) - ela pode, ao contrário, mascarar uma recomposição desigual do mercado de trabalho, que beneficia certos grupos mais do que outros. É esse o problema de pesquisa que orienta o presente trabalho: a recuperação do mercado de trabalho cearense entre 2020 e 2025 favoreceu igualmente homens e mulheres, pessoas brancas/amarelas e pretas/pardas, ou reproduziu - e, em alguns aspectos, aprofundou - desigualdades já documentadas pela literatura nacional sobre o tema?

Para responder a essa pergunta, o objetivo geral deste trabalho é analisar os fatores associados à probabilidade de ocupação e de informalidade no mercado de trabalho cearense entre 2020 e 2025, com foco nas desigualdades de raça/cor e gênero. Especificamente, busca-se: (i) descrever a evolução da ocupação, da informalidade e da distribuição de renda por grupo



de raça/cor e gênero no Ceará entre 2020 e 2025; e (ii) estimar modelos econométricos (logit) dos fatores associados à probabilidade de ocupação e de informalidade, controlando por escolaridade, idade, situação rural/urbana e período.

A contribuição deste trabalho está em tratar ocupação, informalidade e renda como camadas conectadas de um mesmo processo de desigualdade, por grupo de raça/cor e gênero, entre 2020 e 2025 no Ceará. Essa abordagem mostra que a retomada do período não foi homogênea: mulheres seguem com menor probabilidade de ocupação, mulheres pretas/pardas mais expostas à informalidade, e a renda concentra os grupos racializados nas faixas inferiores.

A pesquisa utiliza os microdados da PNAD Contínua trimestral (IBGE), recorte para o Ceará, comparando os quatro trimestres de 2020 - ano de eclosão da pandemia - e os quatro trimestres de 2025 - período completo mais recente disponível, tomado como marco da recuperação pós-pandêmica.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico sobre desigualdades de raça/cor e gênero, efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho e informalidade como fenômeno estrutural; a seção 3 descreve os dados, as variáveis e a estratégia metodológica; a seção 4 apresenta e discute os resultados descritivos e econométricos, comparando-os com a literatura; e a seção 5 traz as considerações finais, as limitações do estudo e a agenda de pesquisa futura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Desigualdades de Raça/Cor e Gênero no Mercado de Trabalho

A literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro aponta que desigualdades de raça/cor e gênero são eixos estruturantes da formação social e econômica do país, influenciando os padrões de ocupação, desemprego, informalidade e rendimento, e se manifestando por meio de exclusão e precarização (Abramo, 2006). As discrepâncias salariais têm explicações pioneiras na Teoria do Capital Humano (Mincer, Schultz e Becker), que atribui os diferenciais de inserção laboral, em grande medida, a diferenças individuais em escolaridade e experiência acumulada em que investimentos em capital humano ampliariam a produtividade e, com ela, a probabilidade de ocupação e os salários (Faustino; Araújo; Maia, 2017). Ainda que ofereça variáveis analíticas relevantes, a abordagem do capital humano é insuficiente, pois mesmo controlando por escolaridade, persistem distorções de rendimento e de acesso a postos de trabalho entre brancos e não brancos e entre homens e mulheres, sinal de que desigualdades históricas de raça/cor e gênero precisam ser incorporadas à análise (Nunes; Santos, 2016).

No Brasil, o mercado de trabalho é historicamente caracterizado pela segmentação ocupacional dos homens negros, pela discriminação salarial contra mulheres brancas e por uma combinação dos dois efeitos sobre mulheres negras (Soares, 2000). Complementarmente, estudos baseados na decomposição de Oaxaca-Blinder demonstram que parte expressiva do diferencial de rendimentos entre brancos e negros não é explicada por diferenças de produtividade, mas por componentes de discriminação no mercado de trabalho (Matos; Machado, 2006). No campo do gênero, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que a divisão sexual do trabalho atribui às mulheres maior responsabilidade por atividades domésticas e de cuidado, limitando sua inserção em ocupações mais protegidas e valorizadas - o que se expressa, no Brasil, pela concentração feminina em setores de menor valor agregado e mais associados à informalidade. Essa disparidade se torna ainda mais evidente quando consideramos a questão racial. Em sua análise sobre a participação de mulheres negras no mercado de trabalho do Nordeste entre 2005 e 2014, Alves et al. (2020) mostram que tal grupo continua a ocupar posições inferiores na hierarquia profissional, frequentemente envolvidas em empregos instáveis, com salários reduzidos e menos oportunidades de formalização. A pesquisa destaca



que raça/cor e gênero atuam em conjunto, funcionando como fatores de exclusão, algo especialmente notável no Nordeste, onde as desigualdades regionais intensificam as fragilidades existentes. Neste trabalho, “mulheres negras” (termo da literatura citada) equivalem a mulheres pretas/pardas, categoria da variável de raça/cor da PNAD Contínua.

As teorias da discriminação oferecem duas explicações complementares para essa persistência: a discriminação por preferência, formulada por Becker (1957), decorrente de preconceitos individuais de empregadores, trabalhadores ou consumidores (Faustino; Araújo; Maia, 2017); e a discriminação estatística, em que empregadores usam características de grupo - raça, gênero - como sinalizadores de produtividade individual, na ausência de informação completa sobre cada candidato (Santos, 2008). Ambas ajudam a compreender por que, mesmo em contextos de crescimento econômico e expansão educacional, as desigualdades de inserção laboral tendem a persistir para mulheres e para a população negra (Abramo, 2006) - e por que, mesmo antes da pandemia, mulheres e negros já apresentavam maiores taxas de desemprego, menor participação e maior vulnerabilidade ocupacional (Costa; Barbosa; Hecksher, 2021), sugerindo que crises econômicas incidem sobre estruturas desiguais já consolidadas.

Em síntese, a literatura brasileira sobre desigualdades de raça/cor e gênero no mercado de trabalho aponta para a persistência de diferenciais de ocupação, rendimento e inserção setorial entre homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra - categorias analíticas centrais desta pesquisa. Essa hierarquia coloca o homem branco em posição de vantagem relativa e torna a mulher negra a trabalhadora mais exposta à precariedade, ao desemprego e à informalidade, o que torna indispensável uma análise interseccional para compreender padrões de desigualdade no período pandêmico e pós-pandêmico.

2.2. Efeitos da Pandemia de Covid-19 sobre o Mercado de Trabalho

A pandemia de COVID-19, que irrompeu em 2020, não apenas deflagrou uma crise sanitária e econômica global, mas impactou de forma desuniforme a população, ampliando vulnerabilidades preexistentes e atingindo mais severamente grupos já posicionados em condições desfavoráveis no mercado de trabalho. Costa (2020) aponta que, desde a perda de dinamismo da economia nacional a partir dos anos 1990, a informalidade se elevou progressivamente, atingindo 40,8% da população ocupada em 2017; com a pandemia, os impactos do isolamento social recaíram com maior intensidade sobre os cerca de 37,3 milhões de trabalhadores informais, sem acesso a FGTS, seguro-desemprego ou outros mecanismos de proteção vinculados ao emprego formal, e as primeiras demissões se concentraram entre trabalhadores precários - terceirizados, autônomos e diaristas (Costa, 2020).

A economia brasileira chegou à pandemia já em estagnação - entre 2017 e 2019 o PIB cresceu em média apenas 1,2% ao ano, e o desemprego atingia 11,6% da força de trabalho em fevereiro de 2020 -, sob o regime do teto dos gastos instituído em 2016, o que tornou a resposta das autoridades econômicas mais morosa do que na crise de 2008 (Araújo; Araújo; Ferrari Filho, 2022). Bridi (2020) reforça que a pandemia intensificou processos anteriores de precarização e deterioração laboral, funcionando como catalisadora de fragilidades estruturais já presentes, sobretudo em setores dependentes de presencialidade. Mattei e Heinen (2020) mostram que a crise sanitária gerou uma discrepância sem precedentes entre a queda do PIB e a redução do número de empregos, já que os setores que mais empregam - comércio, construção, serviços domésticos e alojamento e alimentação - foram os mais prejudicados pelas restrições de circulação, em um cenário que já vinha se deteriorando desde 2015 e cujas consequências tendem a perdurar por vários anos.

Um aspecto central dessa literatura é que os impactos não foram homogêneos entre grupos sociais. Com base em dados da PNAD Contínua, Costa, Barbosa e Hecksher (2021) mostram que desigualdades de gênero, raça e idade não diminuíram durante a crise - ao



contrário, foram aprofundadas, com mulheres, negros, jovens e trabalhadores menos qualificados apresentando maiores probabilidades de perda ocupacional, saída para a inatividade e menores chances de recuperação, mesmo controladas características individuais. Tavares, Costa e Almeida (2023), a partir de modelos logit com dados da PNAD COVID-19, identificam que a probabilidade de estar ocupada era significativamente menor para mulheres do que para homens ao longo de 2020, com coeficientes negativos e significativos para mulheres brancas e negras em relação ao homem branco, efeito que se intensificou entre maio e novembro daquele ano.

Essa ruptura se estreita no Nordeste e, em particular, no Ceará: segundo o IPECE (2021), as medidas de combate à pandemia resultaram, em 2020, na destruição de mais de 37 mil vínculos formais no estado, reduzindo o estoque para 1.441.497 empregos - perda de participação regional de 17,30% para 17,23% -, com o setor de serviços e o comércio como os mais afetados, e perdas concentradas nos municípios do Cariri e do Sertão Central. Esse cenário aprofundou desigualdades preexistentes e entre 2018 e 2021, mulheres brancas e negras registraram queda na remuneração real no mercado formal cearense, mas as negras sofreram perdas proporcionalmente maiores (-5,92% contra -4,20%), com o hiato salarial entre os grupos crescendo de 24,67% para 25,28% (Alves; Sousa; Costa, 2024). No período pós-pandêmico, os indicadores agregados mostraram recuperação gradual - a taxa de desocupação cearense alcançou 6,4% no 3º trimestre de 2025, a menor da série histórica estadual, com saldo de 49.184 postos formais líquidos em 2025 (IPECE, 2025; Brasil, 2026) -, mas a pandemia não deve ser interpretada como origem das desigualdades, e sim como evento conjuntural que agravou estruturas históricas de exclusão, o que torna central investigar se a recuperação representou redução efetiva das desigualdades ou apenas reorganização das formas de vulnerabilidade ocupacional.

2.3. Informalidade e Vulnerabilidade Ocupacional

A informalidade laboral configura-se como um fenômeno estrutural da economia brasileira, cujas raízes históricas estão relacionadas ao processo de formação do mercado de trabalho nacional, marcado pela exclusão social, pela transição incompleta do trabalho escravo ao trabalho livre e pela constituição de um excedente estrutural de trabalhadores (Theodoro, 2005).

Dessa forma, está vinculado à própria dinâmica da economia subdesenvolvida, desempenhando o papel de absorver o excedente de força de trabalho não incorporado pelo setor formal, especialmente em momentos de crise ou baixo dinamismo econômico, funcionando como alternativa ao desemprego, embora associado à precarização e à ausência de direitos trabalhistas (Cardoso; Marques, 2023).

Ulyssea (2006), em uma revisão da literatura, aponta que o setor informal no Brasil é definido, em termos gerais, como o conjunto de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria sem contribuição previdenciária e trabalhadores não remunerados em negócios familiares. O autor destaca que, após período de relativa estabilidade nos anos 1980, o mercado de trabalho brasileiro registrou elevação sem precedentes no grau de informalidade a partir de 1990, processo associado tanto a fatores estruturais quanto cíclicos (Ulyssea, 2006).

Contribuindo para essa discussão, a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho, conforme Doeringer e Piore (1971), sustenta a existência de um mercado dual, com um segmento primário, de melhores empregos e rendimentos, e um secundário, marcado por precariedade. No caso brasileiro, evidências empíricas indicam a persistência de diferenciais de rendimentos entre trabalhadores formais e informais, mesmo após o controle por características observáveis, o que é compatível com a hipótese de segmentação. Nesse contexto, a



informalidade tende a se associar a condições mais vulneráveis, especialmente nos estratos inferiores da distribuição de renda (Dalberto; Cirino, 2018).

A vulnerabilidade associada à informalidade tem múltiplas dimensões. No plano econômico, trabalhadores informais estão expostos a rendimentos médios inferiores, maior instabilidade de renda e ausência dos benefícios e proteções garantidos pela legislação trabalhista, como décimo terceiro salário, férias remuneradas, seguro-desemprego e aposentadoria por contribuição. Krein e Proni (2010) apontam que a promoção do trabalho decente - conceito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que pressupõe trabalho com proteção social adequada, liberdade sindical e rendimento digno - implica necessariamente o enfrentamento da informalidade, uma vez que parcela expressiva da força de trabalho brasileira permanece inserida em relações laborais precárias, com baixa proteção e elevada vulnerabilidade.

Portanto, a literatura sugere que a análise da ocupação, desocupação e informalidade no Ceará entre 2020 e 2025 deve considerar simultaneamente desigualdades estruturais de raça/cor e gênero, impactos conjunturais da pandemia e persistência histórica da precarização. Essa articulação permite interpretar os resultados como expressão de processos sociais complexos e interdependentes, nos quais fatores estruturais e conjunturais se combinam na reprodução das desigualdades no mercado de trabalho, condicionando de forma diferenciada a inserção ocupacional e o acesso a postos de trabalho mais protegidos. Esse referencial sustenta a hipótese de que raça/cor, gênero, escolaridade e localização condicionam de forma diferenciada o acesso à ocupação e a qualidade da inserção ocupacional.

3. MÉTODOS

3.1. Fonte de dados e recorte amostral

Os dados utilizados neste trabalho provêm dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados os quatro trimestres de 2020 e os quatro trimestres de 2025, restringindo a amostra ao Ceará e a pessoas com 14 anos ou mais de idade, público de referência para as estatísticas de mercado de trabalho da pesquisa. As estimativas incorporam o desenho amostral complexo da PNAD Contínua, com peso amostral calibrado, estratos e Unidades Primárias de Amostragem (UPA), de modo a garantir a representatividade populacional dos resultados. Embora a PNAD Contínua tenha estrutura amostral rotativa, os trimestres empilhados são tratados como cortes transversais repetidos, e as observações interpretadas como pessoa-trimestre, não como indivíduos distintos acompanhados ao longo do tempo.

Nesta pesquisa, são considerados ocupados os indivíduos que, na semana de referência, trabalharam ao menos uma hora completa em trabalho remunerado ou não remunerado em ajuda a atividade econômica de morador do domicílio, ou que tinham trabalho, mas estavam temporariamente afastados. A categoria desocupado ou inativo reúne, para fins do Modelo 1, as pessoas que não estavam ocupadas na semana de referência, incluindo tanto os desocupados quanto aqueles fora da força de trabalho.

3.2. Variáveis

A variável dependente do Modelo 1 é ocupado, que assume valor 1 se a pessoa estava ocupada na semana de referência e 0 se estava desocupada ou fora da força de trabalho (inativa). No Modelo 2, restrito às pessoas ocupadas, a variável dependente é informal, construída a partir da posição na ocupação e do vínculo previdenciário, assumindo valor 1 para trabalhadores sem



carteira assinada, trabalhadores domésticos ou do setor público sem carteira, trabalhadores familiares auxiliares, e empregadores ou trabalhadores por conta própria sem contribuição à previdência; e valor 0 para trabalhadores com carteira assinada, vínculo estatutário/militar, ou empregadores/conta própria que contribuem para a previdência.

A variável de interesse central é o grupo de raça/cor e gênero, construída pela combinação de sexo e raça/cor, agregada em quatro grupos: homem branco/amarelo (categoria de referência), mulher branca/amarela, mulher preta/parda e homem preto/pardo. Pessoas indígenas ou com raça/cor não declarada foram excluídas da amostra dos modelos principais, por não se enquadrarem nos quatro grupos definidos na especificação. As variáveis de controle incluem escolaridade, idade, situação de domicílio rural ou urbano, trimestre e ano de referência. A escolaridade foi agrupada em quatro categorias: até fundamental incompleto, fundamental completo/médio incompleto, médio completo/superior incompleto e superior completo. A idade foi utilizada em anos completos. A variável rural identifica residentes em áreas rurais, tendo a área urbana como categoria de referência. Além disso, utiliza-se a variável de rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para a análise descritiva da distribuição da renda dos ocupados por faixas de salário mínimo.

3.3. Estratégia de estimação

Os dois modelos foram estimados por regressão logística (logit) com correção para o desenho amostral complexo, tomando o homem branco/amarelo, o 1º trimestre e o ano de 2020 como categorias de referência. Formalmente, a probabilidade do evento de interesse é dada por:

$$Prob(Y_{it} = 1|X_{it}) = \Lambda X'_{it}\beta = \frac{e^{(X'_{it}\beta)}}{1 + e^{(X'_{it}\beta)}} \quad (1)$$

em que Y_{it} representa a variável dependente binária do indivíduo i no período t , sendo ocupação no Modelo 1 e informalidade no Modelo 2; X_{it} representa o vetor de variáveis explicativas, incluindo grupo de raça/cor e gênero, trimestre, ano, escolaridade, idade e situação rural/urbana; β é o vetor de parâmetros a ser estimado; e $\Lambda(.)$ representa a função logística acumulada. Os efeitos marginais médios, em pontos percentuais, oferecem leitura mais direta que os coeficientes logit isolados (Cameron; Trivedi, 2005), estimados por:

$$\frac{\partial P(Y_{it} = 1|X_{it})}{\partial X_{kit}} = \Lambda(X'_{it}\beta)[1 - \Lambda(X'_{it}\beta)]\beta_k \quad (2)$$

Para variáveis categóricas, os efeitos marginais são interpretados como mudanças discretas na probabilidade prevista em relação à categoria de referência. Complementarmente, foram estimadas as probabilidades preditas de ocupação e de informalidade por grupo de raça/cor e gênero e ano, utilizadas na construção dos gráficos de trajetória apresentados na seção de resultados. E, finalmente, como teste de robustez, os dois modelos são reestimados em uma especificação alternativa mais parcimoniosa. Nessa especificação, exclui-se a interação tripla entre grupo de raça/cor e gênero, trimestre e ano, mantendo-se apenas a interação entre grupo de raça/cor e gênero e ano, além dos controles por trimestre, escolaridade, idade e situação rural/urbana. Esse procedimento permite verificar se os resultados principais dependem da especificação mais flexível adotada no modelo base. Por se tratar de um estudo observacional, os resultados devem ser interpretados como associações condicionais entre as características analisadas e as probabilidades de ocupação e informalidade, e não como efeitos causais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil descritivo: ocupação, informalidade e renda no Ceará

As Tabelas 1 a 4 resumem, antes da modelagem econométrica, a distribuição da ocupação, da informalidade e da renda por sexo, raça/cor e grupo de raça/cor e gênero no Ceará, em 2020 e 2025.

Tabela 1 - Tamanho da amostra e estatísticas gerais dos modelos

Modelo	Indicador	Valor
Modelo 1 – Ocupação	Número de observações	136.426
Modelo 1 – Ocupação	Total ponderado da amostra empilhada (soma dos 8 trimestres)	58.858.636
Modelo 1 – Ocupação	Percentual ocupado	46,61%
Modelo 2 – Informalidade	Número de observações	59.307
Modelo 2 – Informalidade	Total ponderado da amostra empilhada (soma dos 8 trimestres)	27.432.990
Modelo 2 – Informalidade	Percentual informal entre ocupados	56,35%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua (2020, 2025).

A amostra válida do Modelo 1 (ocupação) totaliza 136.426 observações, correspondentes a um total ponderado da amostra empilhada de aproximadamente 58,9 milhões de pessoas-trimestre; a do Modelo 2 (informalidade, apenas ocupados) totaliza 59.307 observações. No conjunto da amostra, 46,61% das pessoas estavam ocupadas, e 56,35% dos ocupados encontravam-se em situação de informalidade.

Tabela 2 - Situação ocupacional por grupo de raça/cor e gênero, Ceará, 2020 e 2025

Ano	Situação	Homem branco/amarelo	Homem preto/pardo	Mulher branca/amarela	Mulher preta/parda
2020	Ocupado	56,26	53,97	39,71	33,94
2020	Desocupado/inativo	43,74	46,03	60,29	66,06
2025	Ocupado	59,50	58,91	41,27	38,27
2025	Desocupado/inativo	40,50	41,09	58,73	61,73

Nota: valores em % da população de referência do grupo, ponderados pelo peso amostral. Fonte: elaboração própria com base na PNAD Contínua.

Todos os grupos aumentaram a taxa de ocupação entre 2020 e 2025 - coerente com a recuperação agregada do mercado de trabalho cearense (IPECE, 2025). O hiato de gênero, porém, é muito mais amplo que o hiato racial nos dados brutos: em 2025, a diferença entre homens (59,05%) e mulheres (39,06%) ocupados é de quase 20 pontos percentuais (p.p.), enquanto a diferença entre pessoas brancas/amarelas (49,62%) e pretas/pardas (48,12%) é de apenas 1,5 p.p. Entre os homens, a diferença bruta entre brancos (59,50%) e pretos/pardos (58,91%) em 2025 é pequena - um primeiro indício, ainda descritivo, de que a modelagem controlada por escolaridade, idade e localização (seção 4.2) pode até reverter esse sinal, como de fato ocorre.

Tabela 3 - Formalidade e informalidade entre ocupados por grupo de raça/cor e gênero, Ceará, 2020 e 2025

Ano	Situação	Homem branco/amarelo	Homem preto/pardo	Mulher branca/amarela	Mulher preta/parda
2020	Formal	50,36	40,72	50,24	41,51
2020	Informal	49,64	59,28	49,76	58,49



2025	Formal	47,82	41,10	51,19	42,64
2025	Informal	52,18	58,90	48,81	57,36

Nota: valores em % dos ocupados do grupo, ponderados pelo peso amostral. Fonte: elaboração própria com base na PNAD Contínua.

Nos dados brutos, a informalidade se distribui de forma quase indiferente ao gênero (mulheres entre 54,99% e 55,88%; homens entre 56,81% e 57,23%), mas fortemente desigual por raça/cor (pessoas brancas/amarelas entre 49,70% e 50,66%; pretas/pardas entre 58,26% e 58,96% - um hiato de cerca de 9 p.p. em ambos os anos). Esse padrão descritivo se inverte quando se controla por escolaridade, idade e localização no Modelo 2 (seção 4.3): a diferença por raça deixa de ser estatisticamente significativa entre os homens, enquanto a diferença por gênero se torna significativa e relevante - sinal de que a composição educacional e locacional dos grupos explica boa parte do hiato racial bruto, mas não do hiato de gênero.

Tabela 4 - Distribuição da renda dos ocupados por faixas de salário mínimo, por grupo de raça/cor e gênero, Ceará, 2020 e 2025

Faixa de renda	Homem branco/ amarelo	Homem preto/ pardo	Mulher branca/ amarela	Mulher preta/ parda
Até 1/4 SM	2025: 6,39 2020*: 7,27	2025: 8,60 2020*: 10,37	2025: 7,06 2020*: 7,39	2025: 12,10 2020*: 11,95
1/4 a 1/2 SM	2025: 9,44 2020*: 9,03	2025: 11,73 2020*: 13,25	2025: 10,74 2020*: 10,94	2025: 14,27 2020*: 15,67
1/2 a 1 SM	2025: 31,97 2020*: 31,62	2025: 39,75 2020*: 37,95	2025: 35,06 2020*: 32,92	2025: 38,70 2020*: 40,30
1 a 3 SMs	2025: 35,75 2020*: 34,30	2025: 31,71 2020*: 30,89	2025: 32,71 2020*: 35,00	2025: 28,11 2020*: 26,33
Acima de 3 SMs	2025: 16,45 2020*: 17,78	2025: 8,21 2020*: 7,54	2025: 14,43 2020*: 13,75	2025: 6,82 2020*: 5,75

Nota: valores em % dos ocupados com rendimento habitual válido. Faixas em SM de 2025 (R\$ 1.518,00). * Renda de 2020 deflacionada pelo IPCA a preços de 2025 (fator 1,356766; IBGE/SIDRA). Fonte: elaboração própria com base na PNAD Contínua.

A Tabela 4 evidencia uma hierarquia consistente de renda entre os quatro grupos, presente tanto em 2020 quanto em 2025: mulheres pretas/pardas são o grupo mais concentrado nas faixas mais baixas de renda (11,95% a 12,10% até 1/4 de SM, contra 6,39% a 7,27% entre homens brancos/amarelos) e o menos presente acima de 3 SMs (5,75% a 6,82%, ante 16,45% a 17,78% dos homens brancos/amarelos). Homens pretos/pardos e mulheres brancas/amarelas ocupam posições intermediárias e próximas entre si, embora as mulheres brancas/amarelas superem os homens pretos/pardos nas faixas mais altas. Chama atenção ainda a concentração de todos os grupos na faixa de 1/2 a 1 SM (entre 31,6% e 40,3%), a faixa modal do mercado de trabalho cearense nos dois anos - padrão compatível com a hierarquia de interseccionalidade de raça/cor e gênero descrita pela literatura (Soares, 2000; Alves et al., 2020).

4.2. Modelo 1 - Determinantes da probabilidade de ocupação

O Modelo 1 estima, por regressão logística com desenho amostral complexo, a probabilidade de estar ocupado em função da interação entre grupo de raça/cor e gênero, trimestre e ano, controlada por escolaridade, idade e situação rural/urbana. A Tabela 5 apresenta os efeitos marginais médios, leitura mais direta dos resultados, em pontos percentuais.

Tabela 5 - Modelo 1: efeitos marginais médios sobre a probabilidade de ocupação

Variável	Efeito (p.p.)	Erro padrão	p-valor	Sig.
Mulher branca/amarela	-19,74	0,89	0,000	***
Mulher preta/parda	-19,56	0,88	0,000	***

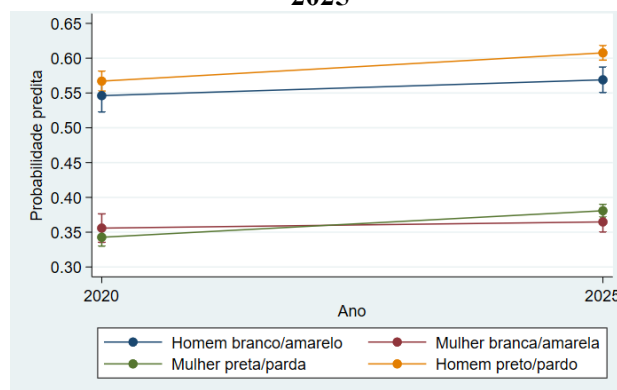


Variável	Efeito (p.p.)	Erro padrão	p-valor	Sig.
Homem preto/pardo	+3,00	0,82	0,000	***
2º trimestre	-2,42	0,37	0,000	***
3º trimestre	-2,39	0,44	0,000	***
4º trimestre	-0,99	0,49	0,041	**
Ano 2025	+3,35	0,56	0,000	***
Fund. completo/médio incompleto	+3,23	0,81	0,000	***
Médio completo/superior incompleto	+24,06	0,66	0,000	***
Superior completo	+44,00	0,95	0,000	***
Idade (por ano)	-0,10	0,02	0,000	***
Rural	-7,81	0,67	0,000	***

Nota: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$. Categoria de referência: homem branco/amarelo, 1º trimestre, ano de 2020, até fundamental incompleto e área urbana. Fonte: elaboração própria.

A penalidade de gênero é o achado mais robusto do modelo: mulheres brancas/amarelas têm probabilidade de ocupação 19,74 p.p. menor, e mulheres pretas/pardas 19,56 p.p. menor, que homens brancos/amarelos - diferenças praticamente idênticas entre si e altamente significativas ($p < 0,01$). O Gráfico 1 confirma visualmente em que as duas linhas femininas permanecem bem abaixo das duas linhas masculinas em 2020 e em 2025, com a distância entre os grupos praticamente inalterada ao longo do tempo, apesar de as quatro linhas subirem entre os dois anos.

Gráfico 1 - Probabilidade predita de ocupação por grupo de raça/cor e gênero, Ceará, 2020 e 2025



Fonte: elaboração própria.

Já para os homens pretos/pardos, uma vez controladas a escolaridade, a idade e a localização rural/urbana, o efeito é positivo e significativo (+3,00 p.p. em relação ao homem branco/amarelo, $p < 0,01$). O Gráfico 1 mostra, inclusive, que homens pretos/pardos têm a maior probabilidade predita de ocupação entre os quatro grupos em ambos os anos - resultado que contrasta com o hiato bruto (Tabela 2), em que homens pretos/pardos aparecem discretamente abaixo dos homens brancos. Essa reversão de sinal ao se controlar por covariáveis é discutida em comparação com a literatura na seção 4.4.

A escolaridade tem o maior efeito de todo o modelo, de forma monotônica e crescente: até +44,00 p.p. para quem possui superior completo, em linha direta com a Teoria do Capital Humano (Mincer, Becker e Schultz, discutida na seção 2.1). A residência rural reduz a probabilidade de ocupação em 7,81 p.p., e a idade tem efeito levemente negativo (-0,10 p.p. por ano) - plausível nesta especificação linear, já que a amostra inclui desde jovens de 14 anos até idosos, sem termo quadrático que capture o padrão de ciclo de vida.

4.3. Modelo 2 - Determinantes da probabilidade de informalidade entre ocupados

O Modelo 2 repete a especificação do Modelo 1, agora sobre a amostra de pessoas ocupadas, com informal = 1 como variável dependente. A Tabela 6 apresenta os efeitos marginais médios.

Tabela 6 - Modelo 2: efeitos marginais médios sobre a probabilidade de informalidade

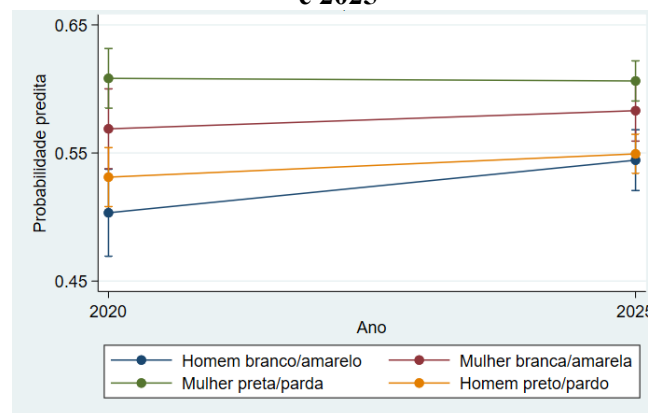
Variável	Efeito (p.p.)	Erro padrão	p-valor	Sig.
Mulher branca/amarela	+5,10	1,31	0,000	***
Mulher preta/parda	+8,17	1,18	0,000	***
Homem preto/pardo	+1,56	1,11	0,160	n.s.
2º trimestre	-1,28	0,72	0,078	*
3º trimestre	+0,10	0,67	0,881	n.s.
4º trimestre	+0,34	0,77	0,658	n.s.
Ano 2025	+1,48	0,98	0,131	n.s.
Fund. completo/médio incompleto	-11,05	1,19	0,000	***
Médio completo/superior incompleto	-31,34	1,06	0,000	***
Superior completo	-46,99	1,27	0,000	***
Idade (por ano)	-0,23	0,03	0,000	***
Rural	+18,09	1,11	0,000	***

Nota: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,10; n.s. = não significativo a 10%. Amostra restrita aos ocupados. Categoria de referência: homem branco/amarelo, 1º trimestre, ano de 2020, até fundamental incompleto e área urbana.

Fonte: elaboração própria.

No Modelo 2, o eixo de desigualdade dominante se inverte em relação ao hiato bruto: enquanto a Tabela 3 mostrava a raça como o divisor mais forte na informalidade bruta, o modelo controlado mostra o gênero como o divisor estatisticamente robusto. Mulheres pretas/pardas têm probabilidade de informalidade 8,17 p.p. maior que homens brancos/amarelos (p<0,01) - o maior efeito entre os quatro grupos e evidência da dupla desvantagem (racial e de gênero) discutida por Alves et al. (2020) para mulheres negras no Nordeste. Mulheres brancas/amarelas também apresentam efeito positivo e significativo (+5,10 p.p.). Já homens pretos/pardos não diferem significativamente de homens brancos/amarelos (+1,56 p.p., p=0,160) - ou seja, uma vez controladas escolaridade, idade e localização, a raça deixa de diferenciar estatisticamente a probabilidade de informalidade entre os homens, mas segue associada a diferenças significativas de informalidade entre as mulheres.

Gráfico 2 - Probabilidade predita de informalidade por grupo de raça/cor e gênero, Ceará, 2020 e 2025



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 2 ilustra esse padrão: a linha da mulher preta/parda é a mais alta e praticamente estável nos dois anos (em torno de 0,59), a da mulher branca/amarela é a segunda



mais alta e ligeiramente crescente, enquanto as linhas dos dois grupos masculinos partem de patamares mais baixos e convergem entre si até 2025.

Escolaridade e ruralidade se mantêm como os controles mais fortes do modelo em que a informalidade cai com a escolaridade (até -46,99 p.p. para quem possui superior completo) e sobe 18,09 p.p. na área rural - coerente com evidência independente e específica do Ceará: o IPECE (2024) mostra que a informalidade no 3º trimestre de 2023 era de 44,7% em Fortaleza, contra 62,1% no interior sem a Região Metropolitana, um hiato territorial de mais de 17 p.p. na mesma direção do coeficiente aqui estimado para a variável rural.

Como teste de robustez, os Modelos 1 e 2 foram reestimados sem a interação tripla entre grupo, trimestre e ano. Os efeitos marginais permanecem praticamente idênticos: no Modelo 1, homem preto/pardo passa de 0,0300 para 0,0297; no Modelo 2, mulher preta/parda, de 0,0817 para 0,0813, e rural, de 0,1809 para 0,1807 - reforçando a robustez das conclusões.

4.4. Diálogo com a literatura

Os achados deste estudo dialogam com um conjunto mais amplo de pesquisas sobre raça, gênero e mercado de trabalho no Brasil, e um deles - Tavares, Costa e Almeida (2023) - estima modelos diretamente comparáveis (logit para ocupação e informalidade, com a mesma especificação de variáveis de raça/cor e gênero), o que permite confronto direto de magnitudes; os demais oferecem evidência complementar sobre a mesma direção do fenômeno, ainda que com dados, escopo geográfico ou variáveis distintas. O Quadro 1 sintetiza essa comparação.

Quadro 1 - Síntese comparativa com estudos relacionados sobre raça, gênero e mercado de trabalho

Estudo e escopo	Principal achado sobre raça/cor e gênero	Relação com os resultados deste estudo
Tavares, Costa e Almeida (2023) - Brasil, PNAD COVID-19 (mai.-nov. 2020); logit de ocupação e informalidade por raça/cor e gênero, especificação equivalente à deste estudo	Mulheres brancas e negras com probabilidade de ocupação 22 a 25 p.p. menor que homens brancos; efeito do homem negro na ocupação e da mulher negra na informalidade deixa de ser significativo após controles completos	Convergente na penalidade de gênero na ocupação (-19,7 a -19,6 p.p. no Ceará); divergente no diferencial positivo condicional do homem preto/pardo na ocupação e na maior informalidade das mulheres no Ceará
Costa, Barbosa e Hecksher (2021) - Brasil, PNAD Contínua; efeitos da pandemia sobre desigualdades no mercado de trabalho	Mulheres, negros, jovens e trabalhadores menos qualificados com maior probabilidade de perda ocupacional e menores chances de recuperação durante a crise de 2020	Convergente: a recuperação do mercado de trabalho cearense entre 2020 e 2025 não fechou o hiato de gênero na ocupação (Gráfico 1)
Alves et al. (2020) - Nordeste, 2005-2014; participação de mulheres negras no mercado de trabalho	Mulheres negras concentradas em posições inferiores na hierarquia ocupacional, com maior instabilidade e menor acesso à formalização	Convergente: mulher preta/parda tem a maior probabilidade de informalidade entre os quatro grupos no Ceará (+8,17 p.p.)
Alves, Sousa e Costa (2024) - mercado formal cearense, 2018-2021	Mulheres negras com perda de rendimento real proporcionalmente maior que mulheres brancas (-5,92% x -4,20%), ampliando o hiato salarial entre os grupos	Convergente: hierarquia de renda replicada na distribuição de 2025 (Tabela 4), com mulheres pretas/pardas mais concentradas nas faixas de renda mais baixas
Soares (2000) - Brasil; perfil histórico da discriminação por cor e sexo	Segmentação ocupacional penaliza homens negros; discriminação salarial penaliza mulheres brancas; a combinação	Parcialmente divergente: no Ceará, o homem preto/pardo apresenta diferencial positivo condicional de ocupação (não penalização) após



	dos dois efeitos penaliza mais as mulheres negras	os controles - divergência discutida como agenda de pesquisa
--	---	--

Fonte: elaboração própria, com base nos estudos citados.

Entre os estudos listados, apenas Tavares, Costa e Almeida (2023) estima modelos com especificação equivalente à deste trabalho, o que permite uma comparação mais fina de magnitudes, apresentada a seguir.

A maior parte dos achados apresenta direção semelhante à literatura, ainda que existam diferenças relevantes de magnitude e de interpretação substantiva em razão das bases de dados, períodos e abrangência geográfica distintos, magnitude comparável e mesma leitura substantiva nos dois estudos, apesar de bases de dados, períodos e abrangência geográfica distintos (Brasil x Ceará; PNAD COVID-19 x PNAD Contínua). O mais robusto é a penalidade de gênero na ocupação: em ambos os estudos, mulheres - brancas e negras - têm probabilidade de ocupação entre 17 e 25 p.p. menor que homens brancos, mesmo controlando escolaridade, idade, presença de filhos pequenos e localização - padrão documentado por amplo corpo de literatura nacional e internacional sobre desigualdade de gênero (Costa; Barbosa; Hecksher, 2021; Hirata; Kergoat, 2007), inclusive com magnitude quase idêntica no efeito da idade (-0,10 p.p. por ano em ambos os estudos). A força da escolaridade também se replica de modo praticamente idêntico, confirmando empiricamente a Teoria do Capital Humano (seção 2.1); e o efeito da localização - área rural reduzindo a ocupação e elevando a informalidade - se replica com o mesmo sinal em ambos os estudos, reforçado por evidência independente do IPECE (2024) especificamente para o Ceará.

Dois pontos de divergência, contudo, merecem investigação. O primeiro está no Modelo 1: no Ceará, homens pretos/pardos têm probabilidade de ocupação 3,0 p.p. maior que homens brancos/amarelos, mesmo após os controles, e são o grupo com maior probabilidade predita de ocupação em 2020 e em 2025 (Gráfico 1); no estudo nacional, o efeito equivalente deixa de ser estatisticamente significativo assim que os mesmos controles são incluídos. Uma hipótese a explorar é a composição setorial do mercado de trabalho cearense: setores historicamente mais masculinizados e de menor exigência de escolaridade formal - como construção civil, agropecuária e alguns segmentos de comércio e serviços urbanos - podem empregar proporcionalmente mais homens pretos/pardos no Ceará do que na média nacional, gerando um diferencial positivo condicional de ocupação que não se traduz, como mostra o Modelo 2, em menor informalidade. Essa hipótese não pode ser testada com a especificação atual, que não controla por setor de atividade, e fica registrada como agenda de pesquisa.

O segundo ponto de divergência está no Modelo 2: no Ceará, tanto mulheres brancas/amarelas (+5,1 p.p.) quanto mulheres pretas/pardas (+8,2 p.p.) têm probabilidade de informalidade maior que homens brancos/amarelos; no estudo nacional, mulheres brancas têm probabilidade menor (-2,2 p.p.) e o efeito para mulheres negras deixa de ser significativo após os controles completos. Essa divergência é coerente com a estrutura ocupacional do Nordeste, historicamente mais dependente de trabalho doméstico, informal por conta própria e agropecuário feminino (Alves et al., 2020), e sugere que a proteção relativa observada nacionalmente para mulheres brancas não se reproduz no Ceará - achado relevante para políticas públicas estaduais de formalização direcionadas a mulheres. Um terceiro achado secundário é que a relação entre escolaridade e informalidade é monotônica e negativa no Ceará em todos os níveis, enquanto no estudo nacional o efeito é não monotônico, sugerindo que a composição educacional da informalidade cearense é mais simples do que a observada na média do país.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os fatores associados à probabilidade de ocupação e de informalidade no mercado de trabalho cearense entre 2020 e 2025, com foco nas desigualdades de raça/cor e gênero. Os resultados confirmam a robustez do achado mais citado pela literatura sobre desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: mulheres, independentemente da raça/cor, permanecem em desvantagem relevante e estatisticamente significativa na probabilidade de ocupação, e a recuperação do mercado de trabalho entre 2020 e 2025 - embora real e mensurável nos indicadores agregados (IPECE, 2025) - não reduziu esse hiato. Mulheres pretas/pardas, especificamente, acumulam a maior desvantagem relativa na informalidade entre os quatro grupos analisados, reproduzindo o padrão de dupla vulnerabilidade (racial e de gênero) já descrito por Alves et al. (2020) para o Nordeste e por Alves, Sousa e Costa (2024) especificamente para o mercado formal cearense. Em síntese, entre 2020 e 2025 o mercado de trabalho cearense apresentou sinais de recuperação, com aumento da ocupação em todos os grupos; contudo, essa recuperação não eliminou desigualdades estruturais e as mulheres, especialmente as mulheres pretas/pardas, permaneceram em posição mais vulnerável, tanto no acesso à ocupação quanto na qualidade da inserção ocupacional, enquanto a escolaridade se confirma como o principal fator de proteção e a residência rural como fator adicional de vulnerabilidade ocupacional.

Ao mesmo tempo, os dois pontos de divergência identificados na seção 4.4 - o diferencial positivo condicional de ocupação dos homens pretos/pardos e a maior informalidade das mulheres brancas/amarelas no Ceará, ambos em sentido oposto ao encontrado por Tavares, Costa e Almeida (2023) para o Brasil - são resultados genuinamente locais, que não podem ser explicados apenas pela replicação da literatura nacional. Eles reforçam o valor de uma análise dedicada ao Ceará, mas também apontam os limites do modelo atual que por não incluir setor de atividade, posição na ocupação detalhada além da classificação de formalidade, tamanho do estabelecimento ou decomposição do tipo Oaxaca-Blinder (Matos; Machado, 2006), o modelo capta associações condicionais, e não necessariamente mecanismos causais, entre raça/cor e gênero e as variáveis de ocupação e informalidade.

Como agenda de pesquisa futura, tem-se: investigar a composição setorial da ocupação por grupo de raça/cor e gênero no Ceará, de modo a testar a hipótese formulada para explicar o diferencial positivo condicional de ocupação dos homens pretos/pardos; estender a análise a um modelo de renda a partir da variável de rendimento habitual, dado que a distribuição de renda apresentada na seção 4.1 já sugere estratificação relevante; e incorporar à discussão qualitativa a natureza estrutural - e não apenas conjuntural - da informalidade na economia brasileira (Ulyssea, 2006; Theodoro, 2005; Krein; Proni, 2010). Do ponto de vista de política pública, os resultados sugerem que estratégias de formalização e de redução de desigualdades no mercado de trabalho cearense precisam necessariamente incorporar a dimensão de gênero, sob pena de a recuperação econômica seguir reproduzindo, ano após ano, as mesmas hierarquias de vulnerabilidade ocupacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramo, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.

Alves, Christiane Luci Bezerra et al. Padrão de inserção da mulher negra no mercado de trabalho nordestino: notas para o período 2005-2014. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, n. 25, p. 2713-2736, 2020.



Alves, Christiane Luci Bezerra; Sousa, Ana Leticia Alves de; Costa, Wendell Sousa Felipe da. Desigualdade remuneratória para mulheres negras no mercado de trabalho formal cearense: análise pré e pós-pandemia para 2018 e 2021. **Informe GEPEC**, v. 28, n. 2, p. 417-440, 2024.

Araújo, Elisangela; Araújo, Eliane; Ferrari Filho, Fernando. A atuação das autoridades econômicas brasileiras na crise da Covid-19 e uma análise empírica das políticas fiscal e monetária no período 1996-2020. **Brazilian Keynesian Review**, v. 8, n. 1, p. 92-109, 2022.

Becker, Gary S. **The Economics of Discrimination**. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

Brasil. Secretaria de Comunicação Social. **Ceará gerou mais de 49,1 mil empregos com carteira assinada em 2025**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/numeros-do-novo-caged-em-2025/caged-em-2025/ceara-gerou-mais-de-49-1-mil-empregos-com-carteira-assinada-em-2025>. Acesso em: 3 maio 2026.

Bridi, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141-166, 2020.

Cameron, A. Colin; Trivedi, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Cardoso, Luiz Henrique Santos; Marques, Rosa Maria. A informalidade no Brasil do século XXI: as contribuições do estruturalismo cepalino e de Francisco de Oliveira. **A Economia em Revista**, v. 31, n. 3, p. 1-12, 2023.

Costa, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

Costa, Joana Simões; Barbosa, Ana Luiza Neves de Holanda; Hecksher, Marcos. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Texto para Discussão, n. 2684. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

Dalberto, Cassiano Ricardo; Cirino, Jader Fernandes. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. **Nova Economia**, v. 28, p. 417-460, 2018.

Doeringer, Peter B.; Piore, Michael J. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington: D.C. Heath, 1971.

Faustino, Izabel; Araújo, Elisangela; Maia, Katy. Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e macrorregiões (2004-2014). **Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, v. 45, 2017.

Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: microdados trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020-2025.



Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 26 ago. 2026.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Boletim da Conjuntura Econômica Cearense**, 2º trimestre de 2019. Fortaleza: IPECE, 2019.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Informe nº 200 (dezembro/2021)**: efeitos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal cearense a partir dos dados da RAIS de 2020. Fortaleza: IPECE, 2021.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Grau de informalidade no mercado de trabalho cearense. **Enfoque Econômico**, n. 268, 9 fev. 2024. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2024/02/Enfoque_Economico_N268_090224.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Termômetro do Mercado de Trabalho**: 3º trimestre de 2025, n. 33. Fortaleza: IPECE, nov. 2025. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2025/11/26/desemprego-no-ceara-volta-a-recuar-e-atinge-indice-minimo-da-serie-historica-iniciada-em-2012/>. Acesso em: 3 maio 2026.

Krein, José Dari; Proni, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Documento de Trabalho, n. 1. Brasília: OIT, 2010.

Matos, Raquel Silvério; Machado, Ana Flávia. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 5-27, 2006.

Mattei, Lauro; Heinen, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020.

Nunes, Jordão Horta; Santos, Neville Julio de Vilasboas e. A desigualdade no “topo”: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. e87, 2016.

Santos, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

Soares, Sergei. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão, n. 769. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

Tavares, Mateus Rodrigues Gonçalves; Costa, Lorena Vieira; Almeida, Ana Cecília de. Uma análise sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho durante a pandemia de COVID-19. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 53, n. 4, p. 691-725, 2023.

Theodoro, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 91-126, 2005.

Ulyssea, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4 (104), p. 596-618, 2006.